

SERRA DOS TAPES: espaço, sociedade e natureza¹

Giancarla Salamoni²

Carmen Aparecida Waskiewicz³

Resumo: A reflexão proposta neste artigo trata de compreender os processos geo-históricos presentes na organização espacial desta porção do estado do Rio Grande do Sul denominada Serra dos Tapes, mostrando as articulações entre as diversas dimensões na tessitura do espaço, que enreda sociedade e natureza. A geografia aqui é entendida como resultado das interações dos grupos sociais com o meio físico-natural na construção de bases para o povoamento e, fundamentalmente, voltada para a identificação dos elementos que compõem o surgimento de comunidades territoriais particulares, como é o caso da região colonial serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul.

Palavras-chave: Cultura; imigração; colonização; organização espacial.

Abstract: The reflection proposed by this article aims to understand the geo-historical processes in the spatial organization of the area of Rio Grande do Sul State called *Serra dos Tapes* by showing the connections among the various dimensions in the space fabric that involve society and nature. Geography is here understood as a result of the interactions between social groups and the physico-cultural environment in building the basis for settlement, fundamentally directed towards the identification of the elements that take part in the appearance of specific territorial communities, such as the colonial highland region of Canguçu, Pelotas and São Lourenço do Sul municipalities.

Keywords: Culture; immigration; settlement; spatial organization.

¹ Uma versão inicial deste artigo foi elaborada como parte do documento *Cultura, patrimônio e segurança alimentar entre famílias rurais: etnografias de casos significativos. Complemento ao Relatório Técnico do Projeto CNPq 559565/2010-0 – Edital 19/2010*, organizado por Renata Menasche, em 2013.

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista-UNESP; Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas; Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Estudos Agrários e Ambientais. E-mail: leaa.ufpel@yahoo.com.br.

³ Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas- UFPEL; Membro do grupo de pesquisa CNPq Estudos Agrários e Ambientais. E-mail: carmen_rs91@hotmail.com.

Introdução

A classificação das unidades geomorfológicas, amparada na metodologia de classificação proposta por Ross (1985) para o Rio Grande do Sul, ou seja, baseada em características morfoestruturais, possibilita a classificação do relevo gaúcho em cinco unidades, haja vista a inclusão do compartimento Cuesta de Haedo (proposta por Müller Filho, 1970) nessa proposta metodológica. Assim, o relevo passa a ser dividido em Planalto Uruguaio Sul-riograndense, Depressão Periférica, Planalto Meridional, Cuesta de Haedo e Planícies ou Terras Baixas Costeiras (VERDUM, BASSO e SUERTEGARAY, 2004). Segundo esta classificação, a Serra do Tapes está inserida no Planalto Uruguaio Sul-riograndense ou Escudo Cristalino Sul-riograndense, compreendendo o compartimento de relevo ao sul do rio Camaquã e, ainda, como escreve Grando (1989) é parte do sistema formado pela Serra do Sudeste.

A unidade de paisagem denominada Serra dos Tapes apresenta variações de altitude de 100 a 400 metros (Figura 2), com relevos heterogêneos marcados por afloramentos rochosos, áreas de deposição mais rebaixadas e com relevo aplainado, apresentando ainda um intenso processo de dissecação por erosão superficial. É a formação geológica mais antiga do Estado, correspondendo ao éon pré-cambriano, com falhadas e dobradas em sua estrutura morfológica. Nessa estrutura depositam-se os sedimentos da Bacia do Paraná e derrames basálticos que constituem o Planalto Meridional (VERDUM, BASSO e SUERTEGARAY, 2004).

Figura 1: Escudo Cristalino Sul-riograndense: localização da Serra dos Tapes.



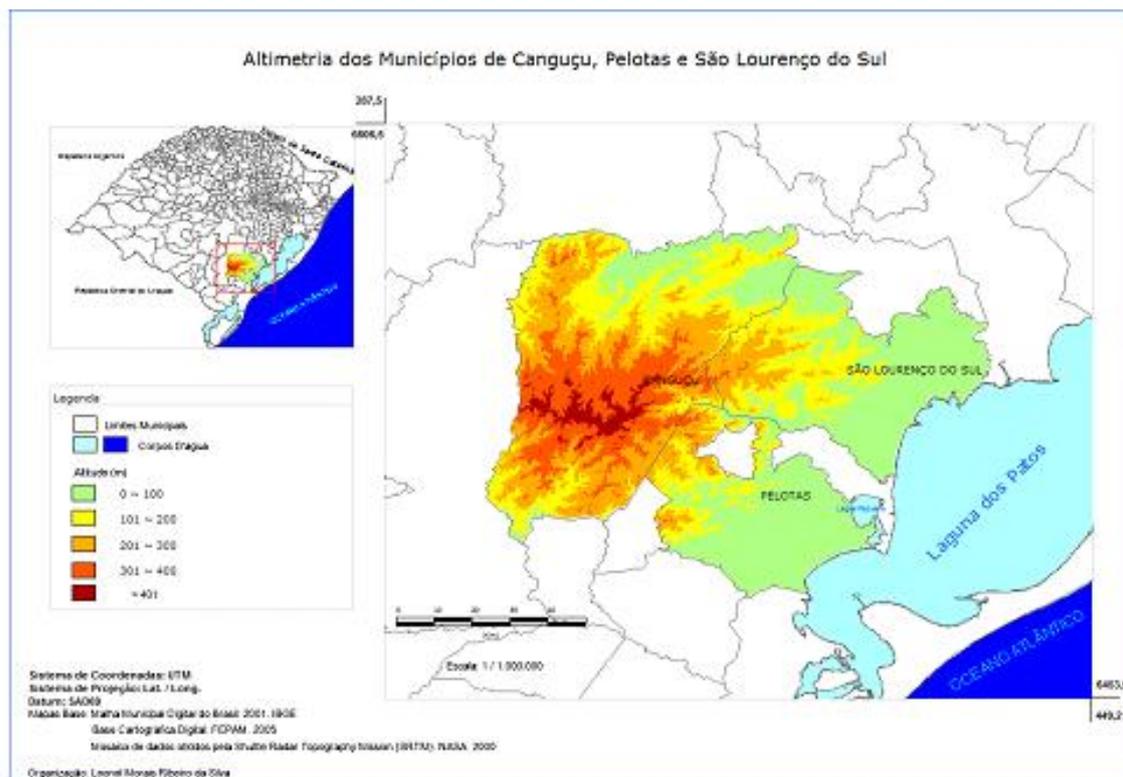
A Serra dos Tapes possui campos subarbustivos formados por ciperáceas e gramíneas e, ainda, campos mistos herbáceos e subarbustivos, com ocorrência de matas-galerias e vegetação arbustiva em encostas (MDA, 2006).

Os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul estão inseridos na delimitação da Bacia Hidrográfica Litorânea, sendo que no município de Pelotas o rio Piratini - Canal São Gonçalo - Lagoa Mangueira formam a principal sub-bacia, enquanto que São Lourenço do Sul e Canguçu apresentam o rio Camaquã como principal sub-bacia hidrográfica.

A Serra dos Tapes compreende a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul (Figura 3). Cabe ressaltar, que os municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas assentam parte de seus territórios sobre Planícies ou Terras Baixas Costeiras, correspondendo à

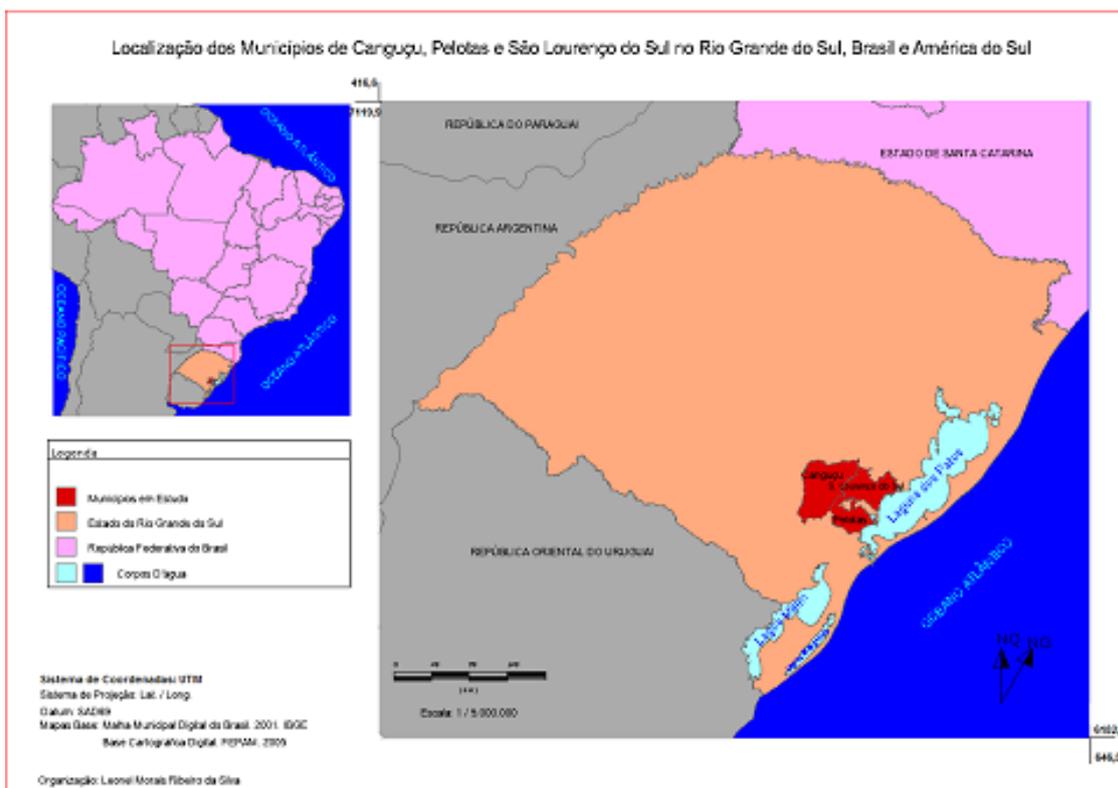
parte superior da Bacia Sedimentar de Pelotas, próxima ao sistema lagunar. Assim, as variações do fundo do mar influenciam o desenvolvimento da planície, haja vista os ambientes costeiros de deposição originários das migrações de linhas de praia em escala geológica.

Figura 2: Mapa de Altimetria dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul.



Para Bernardes (1997), a função desempenhada pelas condições naturais sobre o povoamento pode, em parte, explicar as formas de organização espacial presentes na unidade geo-histórica denominada Serra dos Tapes. Particularmente, a presença do rio Camaquã, no trecho em que seu vale se abre em direção à Lagoa dos Patos. Para o autor, “este vale representa para o sudeste do estado uma passagem fácil e, apoiado nela, o povoamento poderia, partindo do litoral lagunar, espalhar-se pelo interior da região” (BERNARDES, 1997, p. 24).

Figura 3: Localização dos Municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul.



Processo Histórico de Formação da Serra dos Tapes

A denominação da região serrana, que abrange os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, está relacionada ao contexto histórico de pré-colonização europeia. A região era ocupada pelos índios Tapes, pertencentes à família linguística Tupi Guarani. Correlacionou-se, assim, as características físicas do lugar, de relevo escarpado e de vegetação de mata, ao processo histórico de ocupação, dando surgimento a Serra dos Tapes (CERQUEIRA, 2011).

Durante o período do ciclo saladeiril, do final do século XVIII até meados do século XIX, os municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul exerciam importante papel econômico no contexto regional e nacional, marcadamente com a presença da escravidão negra.

Nas charqueadas de Pelotas, a mão de obra negra intercalava a produção de charque com trabalhos em olarias e na construção civil, principalmente em Pelotas, e na extração de madeira, na região serrana, segundo Gutierrez (2010). Também pode ser mencionada a significativa presença de escravos em pequenas, médias e grandes propriedades da região, exercendo atividades pastoris, domésticas e agrícolas (ZARTH, 2002). Dadas às duras condições de trabalho, as fugas dos escravos para locais mais distantes e íngremes foi uma estratégia que acabou se tornando frequente para esses grupos, formando quilombos em diversos locais da Serra dos Tapes⁴ (MAESTRI, 2002, apud RUBERT e SILVA, 2009).

Cerqueira (2011) menciona que, durante o período do ciclo saladeiril, a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul ainda encontrava-se com povoamento disperso e dotada de um caráter complementar a vida econômica e social no sul do Estado, podendo ser chamada de “fundos territoriais” das grandes propriedades pecuaristas-charqueadoras, estas últimas localizadas nas terras baixas da Planície Costeira.

A partir de 1848, a colonização passa a ser incentivada pelo Governo Geral, o qual cedeu certa quantidade de terras com o fim de formarem-se colônias agrícolas⁵. Em princípio, essa ação do governo não foi bem vista pelos latifundiários, porém muitos desses proprietários de terras aderiram à política de colonização, parcelando porções das propriedades que não eram propícias ao desenvolvimento da pecuária, ou seja, as áreas de matas e de relevo mais íngreme. Assim, no sul do estado do Rio Grande do Sul a

⁴ Entretanto, ressalta-se o papel da Lei de Terras, de 1850, que restringe o acesso à terra somente pela venda ou doação, excluindo desta maneira os posseiros (na categoria genérica de “lavradores nacionais”, na qual incluem-se os negros), que não possuíam títulos legais das propriedades.

⁵ O termo *colono* tem sua origem na administração colonial: “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p. 80). Para esta autora (1992, p. 80), “colono é a categoria designativa do camponês... e sua marca registrada é a posse de uma colônia... a pequena propriedade familiar”. Assim, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus - aí excetuados os portugueses - que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar.

colonização também esteve amparada em iniciativas particulares, ainda que os Governos Imperial e Provincial tivessem o controle oficial sobre o processo de instalação de colônias, com base na imigração europeia não portuguesa. Com isso, ocorreu a introdução dos primeiros colonos na zona da mata da Serra dos Tapes.

Diante deste contexto, surgem as iniciativas particulares de colonização, contribuindo para o parcelamento da terra (desconcentração fundiária), para a diversificação produtiva e, não menos importante, para a formação da diversidade étnico-cultural da Serra dos Tapes. Por outro lado, Grando (1989) esclarece que os estancieiros-charqueadores viram nesse processo de colonização mais uma oportunidade de enriquecimento, participando diretamente da especulação fundiária. Nas palavras da autora: “apossavam-se das terras de mato contíguas as suas propriedades e transformavam-nas em colônias a serem vendidas aos imigrantes, retendo para si, todavia, as terras planas. O sistema de colonização privada juntou-se, assim, à colonização oficial” (GRANDO, 1989, p. 18).

Em 1849, tem-se a criação de colônias, em Pelotas, de caráter particular, como a colônia D. Pedro II, que se formou a partir da atuação da Associação Auxiliadora da Colonização. As colônias Nova Cambridge e Monte Bonito são fundadas em 1850, respectivamente, por irlandeses e alemães prussianos. Com relação à formação desta última colônia, Peñafiel (2006) diz que:

Assim, outros empreendimentos foram surgindo. Nesse mesmo período, Thomaz José dos Campos pediu licença ao Governo Provincial (referindo-se à província de São Pedro do Rio Grande) para contratar famílias de imigrantes irlandeses e obter financiamento para poder subsidiá-los nos primeiros anos nas terras da colônia Monte Bonito. Assim, entre o período compreendido entre 1850 e 1858, 14 empreendimentos privados foram realizados, resultando em 16 novos núcleos coloniais agrícolas (PEÑAFIEL, 2006, p. 49).

A colonização com imigrantes franceses se dá a partir de 1879,

também na região da Serra dos Tapes, formando a Colônia Santo Antônio, por iniciativa do comerciante João Pinheiro. Sobre essa colônia, Salamoni (1992) explica que:

A importância histórica dessa colônia – Santo Antônio – é patente, haja vista que ela representa a origem da produção familiar de frutas e sua ação artesanal abriu caminho para a formação das primeiras indústrias rurais, no município de Pelotas. Atualmente, esta região constitui-se na maior região produtora de pêssego do Brasil e apresenta o maior Complexo Agroindustrial de Doces e Conservas Vegetais do País (SALAMONI, 1992, p. 38).

Mais tarde, entre 1883-1887, é fundada a colônia São Simão, por Simão da Rocha, que contava, inicialmente, com 10 lotes e 23 moradores. Ullrich (1984) escreve que:

Os habitantes são todos brasileiros, com exceção de uma família italiana. Não existe uma comunidade. Na entrada da colônia localiza-se um moinho e uma olaria, ambos pertencentes ao italiano. O fundador da colônia possui uma grande plantação de uva e, como único no sul deste estado, um canavial de açúcar, juntamente com a destilaria, a qual produz um excelente produto (ULLRICH, 1984, p. 4).

Em 1881, o Governo Imperial criou algumas colônias, sendo que a que obteve êxito foi a Colônia Maciel, que em 1883 passa a receber imigrantes italianos. Com imigrantes alemães, foi criada a Colônia Municipal, administrada pela Câmara Municipal de 1880 a 1886.

Ainda no início dos anos 1880, foi criada a colônia Santa Coleta, por Capitão Ribeiro, constituída por imigrantes alemães e, entre 1885-87, a Colônia de Domingos, formada por famílias brasileiras, portuguesas e originárias das Ilhas Canárias. Posteriormente, ainda por iniciativa do Governo Imperial, foram criadas as colônias de Arroio do Padre, Terrenos do Machado, Terrenos dos Chaves. Entre 1885-90 e 1893, respectivamente, criaram-se as colônias Zacarias e Batista, pelo Governo Imperial, e Santa Aura, fundada por iniciativa particular.

Em 1892, foi fundada a Colônia Santa Helena, pelo Barão Von

Schlegel, composta por moradores alemães. Em 1893, a Colônia São Manoel (Fazenda Três Barras) é criada por Pedro Toledo, composta, em maior proporção, por alemães e pomeranos, sendo apenas duas as famílias de brasileiros e italianos. Ainda, em 1893, João Schild funda a colônia de Santa Maria, formada majoritariamente por alemães (ULLRICH, 1984).

Até 1909 esse processo de colonização influenciou a organização da estrutura fundiária, fracionando os latifúndios e caracterizando a região montanhosa pela implantação da produção familiar em pequenas propriedades por imigrantes europeus não portugueses e, nas áreas de relevo plano, a ocupação por grandes proprietários luso-brasileiros.

Esta diferença étnica na ocupação do território influencia, ainda na atualidade, uma diferenciação na organização espacial das duas porções de relevo dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul. Ou seja, grandes propriedades nas terras de planície, ocupada pelos portugueses, e as pequenas propriedades na Serra dos Tapes, ocupada pelos colonos. Ainda, marcada pela presença da produção de arroz e gado de corte nas terras baixas da Planície e uma maior diversidade produtiva na região serrana, de base familiar, com produção de milho, batata, hortaliças, feijão, entre outros produtos agrícolas. Lima (2006) explica que:

Em termos históricos de ocupação do solo, cabem as seguintes observações: as terras baixas foram ocupadas primeiramente pelos portugueses, que se dedicaram à atividade pecuária, para a produção de charque e as terras dobradas, da chamada Serra dos Tapes, foram ocupadas a partir de 1858, pelos imigrantes alemães/pomeranos, que favoreceu a diversificação da produção (LIMA, 2006, p. 16).

A porção da Serra dos Tapes, no atual município de São Lourenço do Sul, recebeu imigrantes pomeranos e alemães para a formação de suas colônias. Assim, em 1856, após ter obtido autorização do Governo Imperial para a compra de terras, a iniciativa do empresário alemão Jacob Rheingantz, em sociedade com o lourenciano Cel. José Antonio de Oliveira Guimarães, deu início a colonização europeia não portuguesa. Conforme

palavras de Coaracy (1957):

Hoje o próspero e rico município de São Lourenço do Sul celebra o primeiro centenário de sua fundação e origem, a Colônia de São Lourenço, que a 15 de janeiro de 1858, Jacob Rheingantz estabeleceu nas solidões agrestes da Serra dos Tapes, a margem do curso sinuoso do rio Camaquã (COARACY, 1957, p. 27).

Cabe ressaltar, que a então denominada Colônia de São Lourenço fazia, no ano de 1858, parte do município de Pelotas. Assim, os descendentes dos imigrantes distribuíram-se, posteriormente, pela região serrana dos municípios de Canguçu e Pelotas.

A formação histórica de São Lourenço do Sul remonta à doação de uma sesmaria de terra ao capitão José Cardoso Gusmão, em 1786, pelo rei de Portugal. Assim, inicialmente as ocupações humanas foram representadas por portugueses/açorianos (século XVIII), que ocuparam as terras em torno da Capela de Nossa Senhora do Boqueirão, construída em 1807. Mais tarde, em 1830 foi construída a igreja, ano em que ocorreu o desmembramento do município de Pelotas do município de Rio Grande⁶.

Até meados do século XX São Lourenço do Sul era uma vila tipicamente portuária e esse fortalecimento do comércio e crescimento do porto elevou-a a categoria de cidade, em 1938.

O êxito da colonização na Serra dos Tapes foi reconhecido em menos de cinco anos, quando os imigrantes pomeranos e alemães já produziam milho, feijão, batata, ovos, leite, entre outros gêneros alimentícios, destinados tanto ao autoconsumo das famílias rurais quanto ao abastecimento do mercado local e regional. Assim, reforçando as características da diversificação agrícola e do trabalho familiar, Salamoni

6. A criação do município remonta as doações de terras ao Coronel Thomaz Luiz Osório, em 1758. Em 1763, moradores da Vila de Rio Grande buscam refúgio nessas terras e, mais tarde, vieram ainda retirantes da Colônia de Sacramento. Em 1780, foi instalada a primeira charqueada, por José Pinto Martins, às margens do Arroio Pelotas. Com o aumento da população do povoado, em 1812 instalou-se a Freguesia São Francisco de Paula, sendo que em 1830 foi elevada à categoria de vila e, em 1835, à categoria de cidade, tendo seu nome alterado para Pelotas (ROSA, 1985).

(2001) ressalta que:

O tipo de economia colonial implantada pelos imigrantes alemães teve como característica marcante o estabelecimento da policultura a qual, segundo a tradição alemã, deveria solidificar o caráter independente dos colonos. Ao lado disso, o trabalho familiar serviria para reforçar essa ideia de independência, uma vez que não se utilizava mão de obra externa entre os colonos. Todos os membros da família envolviam-se nas tarefas domésticas e na produção agrícola a fim de alcançar a autonomia econômica (SALAMONI, 2001, p. 8).

Antes da chegada dos portugueses, a ocupação do município de Canguçu esteve ligada a presença dos índios Tapes, mencionados anteriormente. Por volta de 1756, inicia-se a colonização portuguesa, pela qual as terras foram distribuídas a militares a serviço da Coroa, na forma de sesmarias. Segundo Silva Neto e Basso (2005), a formação de uma estância pecuarista, com tamanho correspondente a uma sesmaria (13.000 hectares), poderia envolver a criação de 4.000 a 5.000 cabeças de gado.

No entanto, por quase duas décadas as terras ficaram sob o domínio espanhol, sendo somente retomadas pelo exército português em 1777. As áreas destinadas à formação das estâncias foram, principalmente, as zonas de campo, localizadas ao norte do município e que possibilitaram o desenvolvimento da pecuária extensiva.

Por outro lado, as áreas de floresta da Serra dos Tapes, abrangendo os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, tiveram sua ocupação relacionada à presença dos imigrantes, em três momentos distintos:

1º (1756): concedidas datas de terras (cerca de 272 hectares) a famílias açorianas;

2º (1850): chegada de imigrantes alemães e pomeranos. Essa ocupação se deu como processo de expansão das fronteiras agrícolas, mais especificamente da colônia de São Lourenço do Sul;

3º (1875): destinados lotes de 20 hectares de terras a famílias

italianas. Com o passar do tempo, os rendimentos obtidos com a atividade agrícola propiciaram a compra de mais terras para os filhos desses imigrantes (COTRIM, 2003).

Além destes, podem ser mencionadas as ocupações de pequenos espaços destas áreas por escravos e seus descendentes, seja por doações de terras ou por posse, tanto de escravos libertos quanto fugitivos (ZARTH, 2002; RUBERT e SILVA, 2009).

Neste sentido, expressando a organização espacial nas áreas de pequenas propriedades agrícolas, Salamoni (2001) escreve que:

Por meio da pequena propriedade familiar e da produção de gêneros alimentícios diversificados, introduziu-se um novo padrão econômico e sociocultural no Sul do Império. Da mesma forma, o fato de os imigrantes terem ocupado a mesma condição de colonos, determinou a estruturação de uma organização social original, nessa mesma porção do território nacional (SALAMONI, 2001, p. 7).

A colonização na Serra dos Tapes enfrentou algumas dificuldades para a implantação dos cultivos agrícolas. Desde os condicionantes físicos, representados por um relevo íngreme, coberto por mata densa, até a precariedade da infraestrutura oferecida aos colonos (falta de instrumentos de trabalho e péssimas condições de moradia). Assim, inicialmente, os colonos derrubaram a mata e implantaram a rotação de terras, caracterizando um sistema primitivo de cultivo, também denominado de “roça” (WAIBEL, 1979).

As informações obtidas sobre o sistema agrário das primeiras colônias mostram indícios da primitividade dos meios de produção utilizados nas atividades agrícolas. O isolamento em que se encontravam, aliado à falta de iniciativa governamental no sentido de criar as bases para o desenvolvimento nas colônias, provocou um rebaixamento no padrão técnico do imigrante, em relação ao utilizado na Europa. Muitos colonos abandonaram o uso do arado e passaram a empregar apenas instrumentos para trabalhos manuais. Grandó (1989) confirma as condições sob as quais a

natureza foi apropriada pelos colonos no município de Pelotas, quando diz que estes adotaram “um sistema de culturas sobre queimadas, após a derrubada do mato virgem ateavam fogo e em seguida preparavam a terra só com o uso da enxada” (GRANDO, 1989, p. 66).

As terras de matas foram consideradas o centro de expansão das colônias na Serra dos Tapes e, não importando qual tenha sido o agente colonizador, nem a natureza étnica do povoamento nessas áreas, a implantação e consolidação da propriedade agrícola familiar enfrentou a mesma série de dificuldades.

As restrições de ordem técnica e econômica também se deveram, em parte, ao isolamento geográfico das colônias. Em Pelotas, esse último fator foi amenizado com a construção de um ramal ferroviário, no início do século XX, que ligava Porto Alegre com a fronteira argentina, a oeste, criando a possibilidade de integrar as áreas coloniais situadas na Serra dos Tapes com o restante da região (SALAMONI, 2001).

Nas palavras de Grando (1989, p. 78), “os colonos sentiam-se atraídos pelas terras da Serra dos Tapes, pela certeza da boa qualidade dos solos e da facilidade de colocação da produção agrícola nas cidades de Pelotas e Rio Grande-onde se situa o único porto marítimo do Rio Grande do Sul”.

Desse modo, essa região colonial esteve, desde cedo, numa posição privilegiada, dada a proximidade de dois importantes mercados consumidores e exportadores – os núcleos urbanos de Pelotas e Rio Grande. Assim, os colonos encontraram incentivos para desenvolver, imediatamente à sua instalação na Serra dos Tapes, uma produção de caráter comercial, baseada em sistemas de cultivo voltados à semiespecialização agrícola. Esta tendência representou um avanço: os colonos substituíram o sistema primitivo sobre queimadas, baseado no uso de ferramentas manuais, por sistemas que empregavam a tração animal.

Nos anos que se seguiram à colonização, a fisionomia natural da Serra dos Tapes foi sensivelmente modificada, pois, os grupos humanos nela fixados imprimiram, sobre o espaço, formas de adaptação às condições do

meio físico. O modo particular de organização social e econômica dos colonos pode ser associado ao que Sorre chama de “gênero de vida”, ou seja, “[...] através do qual o modo do habitat, a estrutura agrária, partilha e forma dos campos - o tipo de propriedade e exploração - inscrevem no solo, em traços materiais, o funcionamento do gênero de vida” (SORRE, 1963, apud SALAMONI, 2001, p. 37).

Aspectos da organização espacial atual

A organização econômica baseada na produção diversificada de gêneros agrícolas, associada a pecuária, para o autoconsumo, e, por vezes, especializada em produtos para o mercado, foi considerada a mola propulsora da agricultura nos núcleos coloniais da Serra dos Tapes. Paralelamente, os colonos praticavam ainda a produção artesanal de alimentos para consumo doméstico e o artesanato de produção de ferramentas e equipamentos agrícolas.

O clima temperado da Serra, associado ao tipo de solo, forneceram as condições básicas para que se efetuassem cultivos diversificados. Porém, privilegiou-se o desenvolvimento da fruticultura em escala comercial. Parte dessa produção era remetida para fora da região colonial, para ser vendida in natura; o restante era localmente transformado em passas e doces que, depois, eram comercializados.

Em Pelotas, a fruticultura, desde sua implantação, encontrou-se associada à mercantilização da produção⁷ pelas unidades familiares. Essa atividade pôde contar com a demanda de um mercado urbano local consolidado e de certo nível de sofisticação no consumo de alimentos, o que possibilitou aumentar a transformação dos produtos “in natura”, a fim de

⁷ “A mercantilização é o processo pelo qual o agricultor familiar passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado através da externalização dos elementos ou das etapas que integram o processo de produção”(GAZOLLA e SCHNEIDER, 2006, p. 5).

atender as exigências dos consumidores citadinos. Graças a esse dinamismo, a produção de pêssego inseriu-se no mercado nacional, onde o produto ganhou renome pelo volume e qualidade apresentados.

Paralelamente, ocorreu a expansão do processo de urbanização (décadas de 40 e 50), aliada ao crescimento do emprego nas cidades, permitindo a comercialização do excedente físico da atividade policultora das colônias no mercado local e regional. Este pode ser considerado um dos fatores que determinaram a permanência e reprodução social da agropecuária colonial.

A partir da década de 60 surgem os primeiros sinais de decadência do artesanato colonial, uma vez que o Estado passou a incentivar os capitais locais e externos (principalmente paulistas), para que instalassem indústrias de transformação de produtos agrícolas, de preferência, próximas aos locais de origem das matérias primas. Grandó (1989, p. 112) explica que, “[...] o final dos anos 60 marca o início de uma clara concentração industrial no ramo de produtos alimentícios em Pelotas, com base numa produção industrial mais elaborada, que concorre para a destruição da produção de pequena escala, sobretudo a artesanal”.

As fábricas de doces e conservas vegetais conformam com outros segmentos da indústria, da agricultura e com participação do Estado, o Complexo Agroindustrial de Doces e Conservas, particularmente no município de Pelotas. A indústria passou a orientar o plantio, financiar insumos e equipamentos e, em contrapartida, compromete-se a comprar toda a safra para, em seguida, realizar o processamento industrial do produto. Essa relação de dependência ao capital monopolista, representado pelas grandes empresas, reduziu o produtor à situação de mero fornecedor de matéria prima e comprador de produtos industriais. E, ainda, criou relações diretas de exploração entre empresários industriais e colonos, quando o trabalho excedente na zona rural foi canalizado para a indústria,

fazendo emergir a categoria de agricultores pluriativos⁸.

Sabe-se que, atualmente, grande parte dos colonos da Serra dos Tapes encontram-se vinculados ao capital comercial e industrial, uma vez que a produção agrícola é destinada à demanda dos setores externos à agricultura, os quais sujeitam essa produção à competição e as leis do mercado capitalista. Em consequência, estabelece-se um duplo processo de autonomia-subordinação camponesa, materializado em formas específicas de trabalhar a terra com os meios de produção disponíveis. Na Serra dos Tapes, esse processo de integração está representado, particularmente, pela produção de fumo, pêssego e leite.

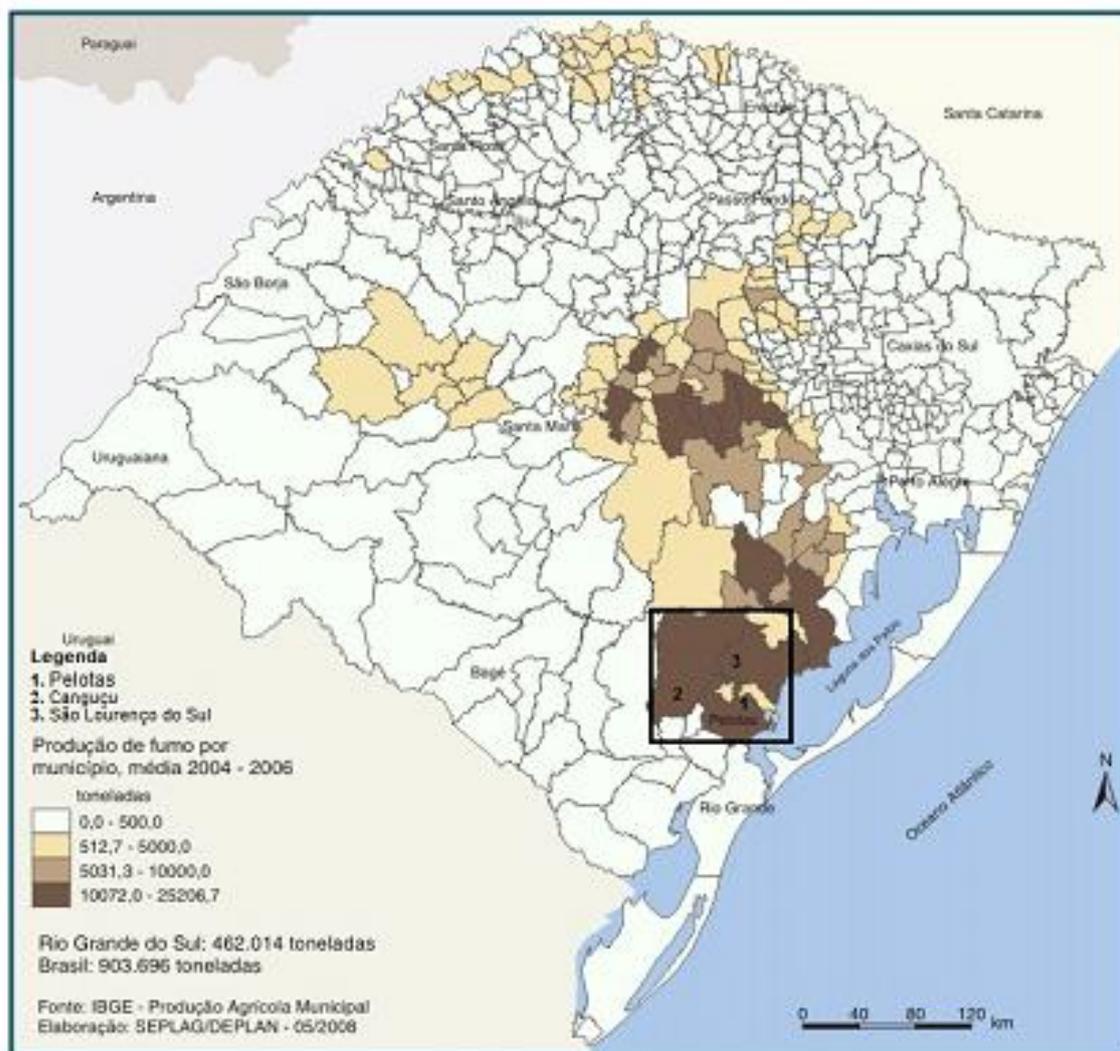
No caso da produção de fumo, essa região representa a expansão do complexo fumageiro do Vale do Taquari e do Vale do Rio Pardo, localizados no centro do Rio Grande do Sul, para o sul do estado. E, segundo pode ser observado na figura 4, os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul ocupam posição de destaque na fumicultura, apresentando uma produção média/anual, em toneladas, entre 10 e 25 mil toneladas, até o ano de 2006. Ressalta-se que, atualmente, a tendência é de aumento, tanto em área quanto volume de produção, do fumo nesses municípios.

A figura 5 apresenta a produção de pêssego no estado do Rio Grande do Sul, sendo que os municípios de Canguçu e Pelotas aparecem de forma expressiva, com uma produção média/anual, entre os anos de 2004 e 2006, de 10 a 15 mil toneladas. A produção destina-se tanto às agroindústrias, para fabricação de doces em calda e sucos, quanto para o consumo *in natura* (variedades de pêssego de mesa), porém, a região é considerada, tipicamente, produtora de variedades para o processamento industrial.

⁸ Trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar combinam atividades agrícolas e não agrícolas com o objetivo de obtenção de renda, que tanto podem desenvolver-se no interior quanto no exterior da propriedade rural. Pode ser a venda da força de trabalho familiar, a prestação de serviços a outros agricultores ou iniciativas centradas na própria unidade produtiva (agroindústria familiar, turismo rural, artesanato e diversificação produtiva) (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Tessituras

Figura 4: Mapa da produção de fumo por município no RS, média 2004 – 2006.

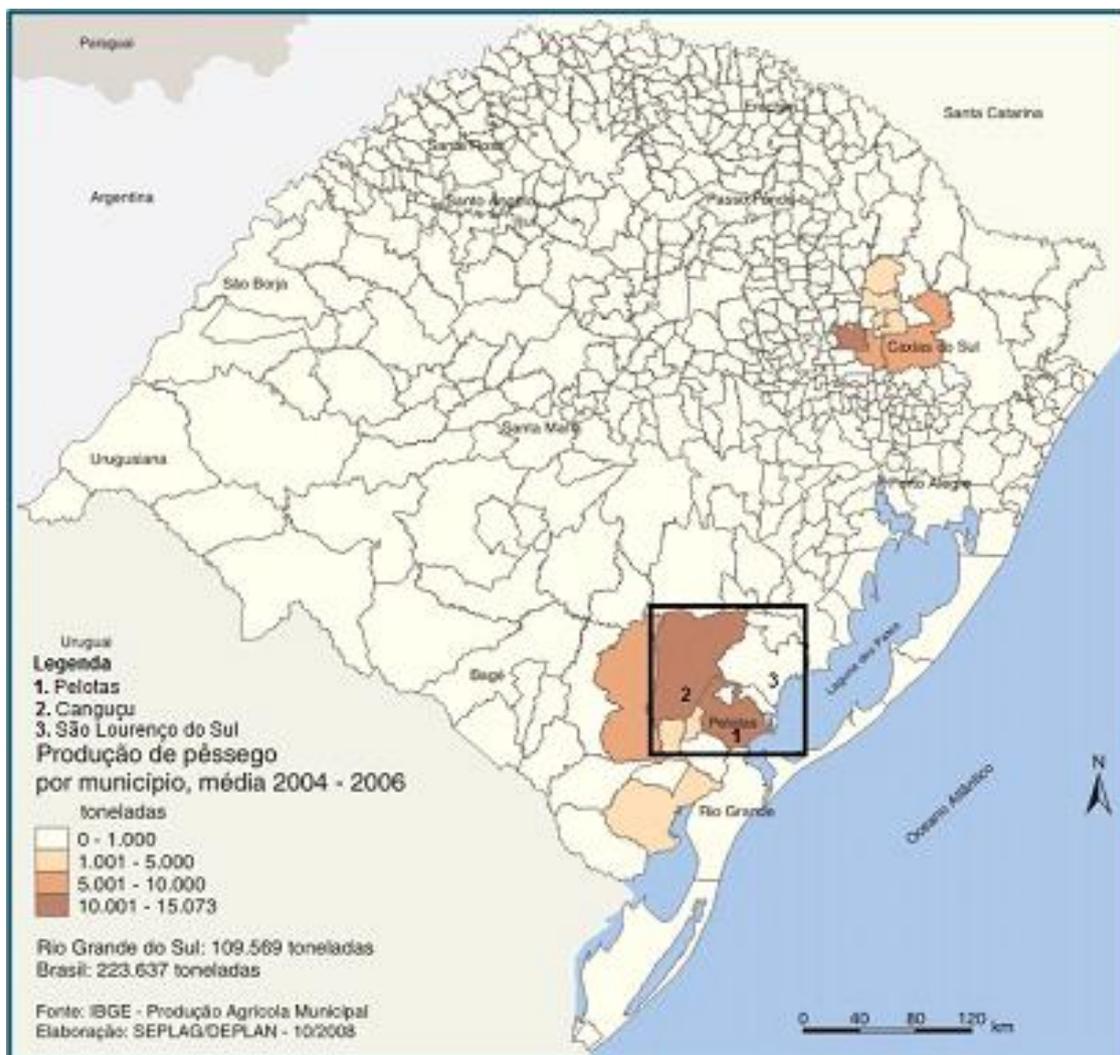


A produção de leite, nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul, também se mostra relevante, como pode ser observado na figura 6, pois, no estado do Rio Grande do Sul aparecem entre os municípios maiores produtores, com um volume médio/ano de 20 a 32 mil litros de leite, entre os anos de 2001 e 2003. Já o município de Pelotas apresenta um volume de produção médio/anual entre 10 e 20 mil litros. Assim, a Serra dos Tapes é uma das mais importantes bacias leiteiras do Estado, com uma produção semiespecializada para o mercado. Nesse caso, a principal indústria

Tessituras

compradora de leite é a Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios – COSULATI, com sede em Pelotas.

Figura 5: Mapa da produção de pêssego por município no RS, média 2004 – 2006.

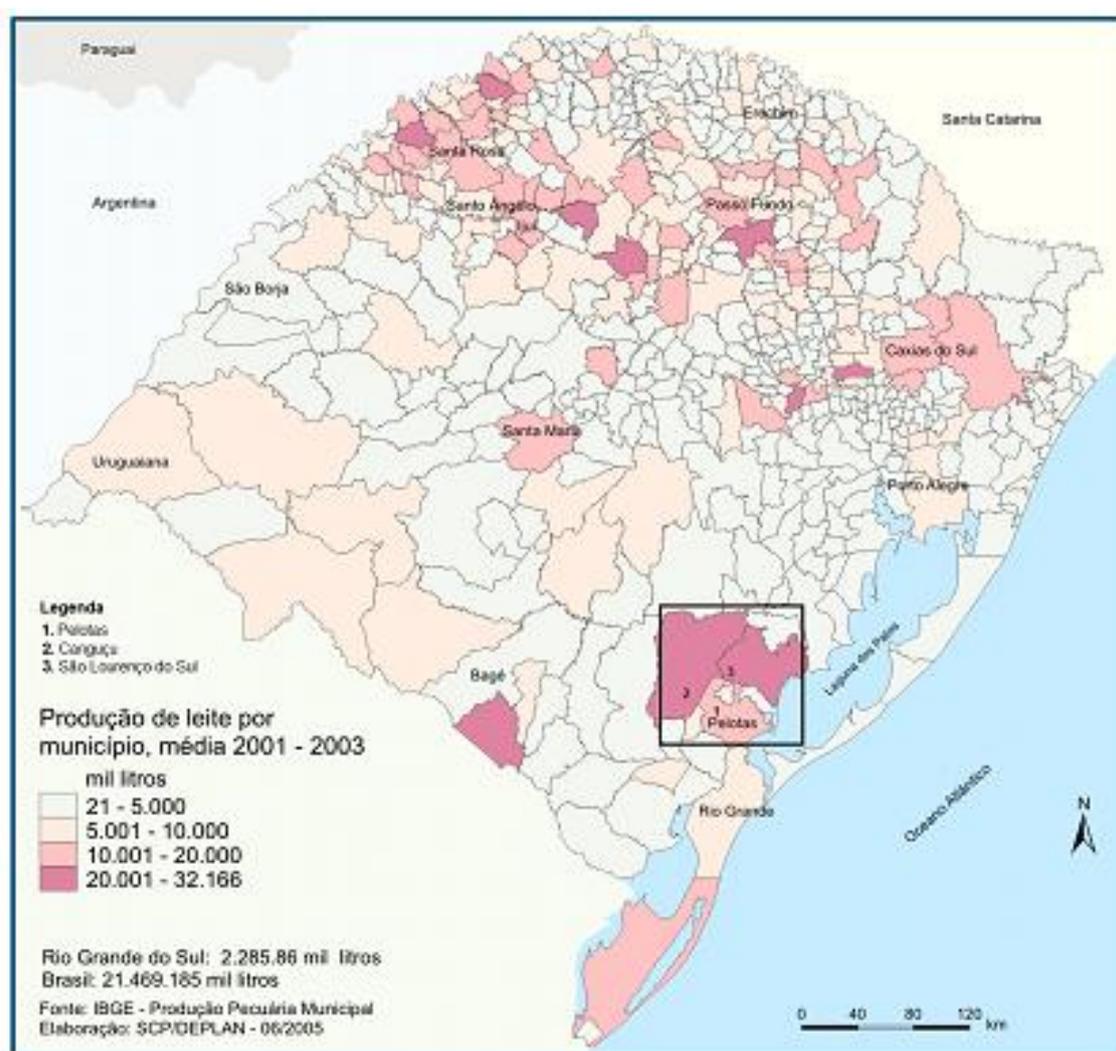


Na maioria das vezes, a intensificação das relações de produção capitalistas estabelecidas entre os segmentos industrial e agrícola encontra seu reverso na gradativa subordinação da unidade produtiva familiar. Em regra, a sua organização interna baseia-se no uso da força de trabalho, combinada com a disponibilidade de terra e recursos econômicos. Assim, a

Tessituras

redefinição das relações sociais de trabalho procura compatibilizar o potencial de mão de obra familiar disponível e a utilização de tecnologia moderna. Nesse sentido, a organização do trabalho sofre alterações na sua natureza, intensidade e ritmo.

Figura 6: Mapa da produção de leite por município no RS, média 2001 - 2003.



Os fatores responsáveis pela externalização da produção, que tornam os produtores dependentes do mercado, estão representados pela aquisição de sementes, insumos, assistência técnica, ou seja, segundo Gazola e

Schneider (2006),

O trabalho agrícola é mercantilizado, pois o incremento da externalização via novas tecnologias faz com que o trabalho agrícola aumente em termos de produtividade e que o trabalho e determinantes processos de produção sejam diminuídos enormemente (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2006, p. 7).

O fato de os colonos integrados estarem submetidos à tecnologia, ao financiamento e à comercialização, não significa que não possuam uma autonomia, ainda que parcial, sobre o processo produtivo. Mesmo estando sob os parâmetros da produção moderna e capitalizada, isso não eliminou sua capacidade de disporem de seus meios de produção, segundo a lógica interna de funcionamento das unidades camponesas, principalmente no que diz respeito à manutenção da produção de alimentos para o autoconsumo.

O autoconsumo, segundo Gazolla e Schneider (2006), é um tema pouco valorizado nas pesquisas no Brasil, trata-se do que Grisa e Schneider(2008) definem como produção invisível ao olhos das políticas públicas e dos estudos rurais. Embora a produção para o autoconsumo não gere rendimentos monetários diretos, ela representa uma economia de renda para os colonos, pois evita gastos com a compra de alimentos no mercado.

O importante é destacar que o autoconsumo fortalece a autonomia dos agricultores familiares, mesmo com o sistema capitalista impondo condições para restringir sua produção. E, nas palavras de Grisa e Schneider (2008):

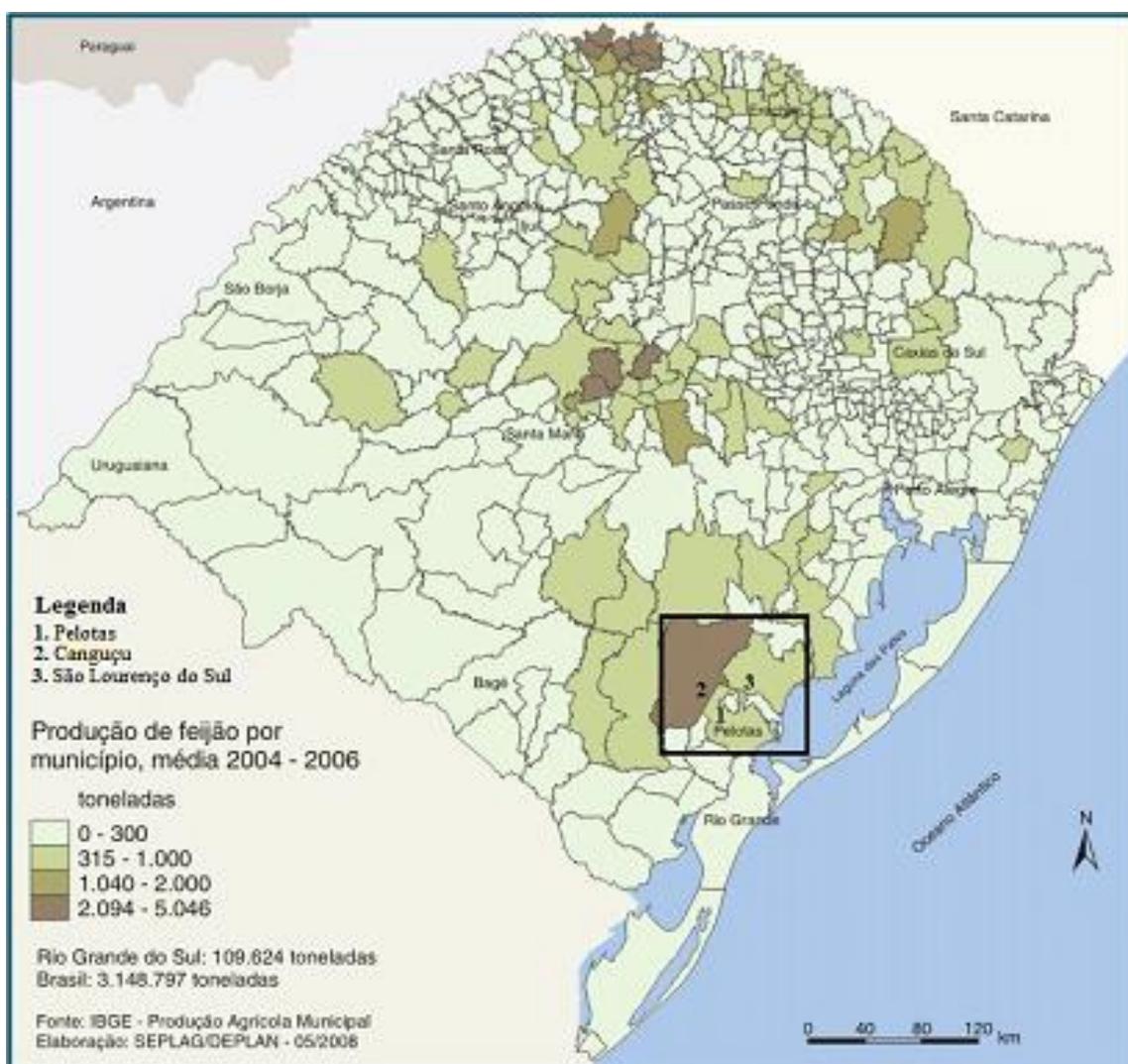
A produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção “pro gasto”, é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo. É equivoco estereotipar esta produção como residual, ou ainda associar a quantidades pequenas e produtos incompatíveis com os padrões de qualidade dos mercados. O que a caracteriza é o seu valor de uso para os membros da família (GRISA e SCHNEIDER, 2008, p. 485).

Na Serra dos Tapes, observa-se a manutenção da produção de alimentos entre os colonos na medida em que o volume de produtos como

Tessituras

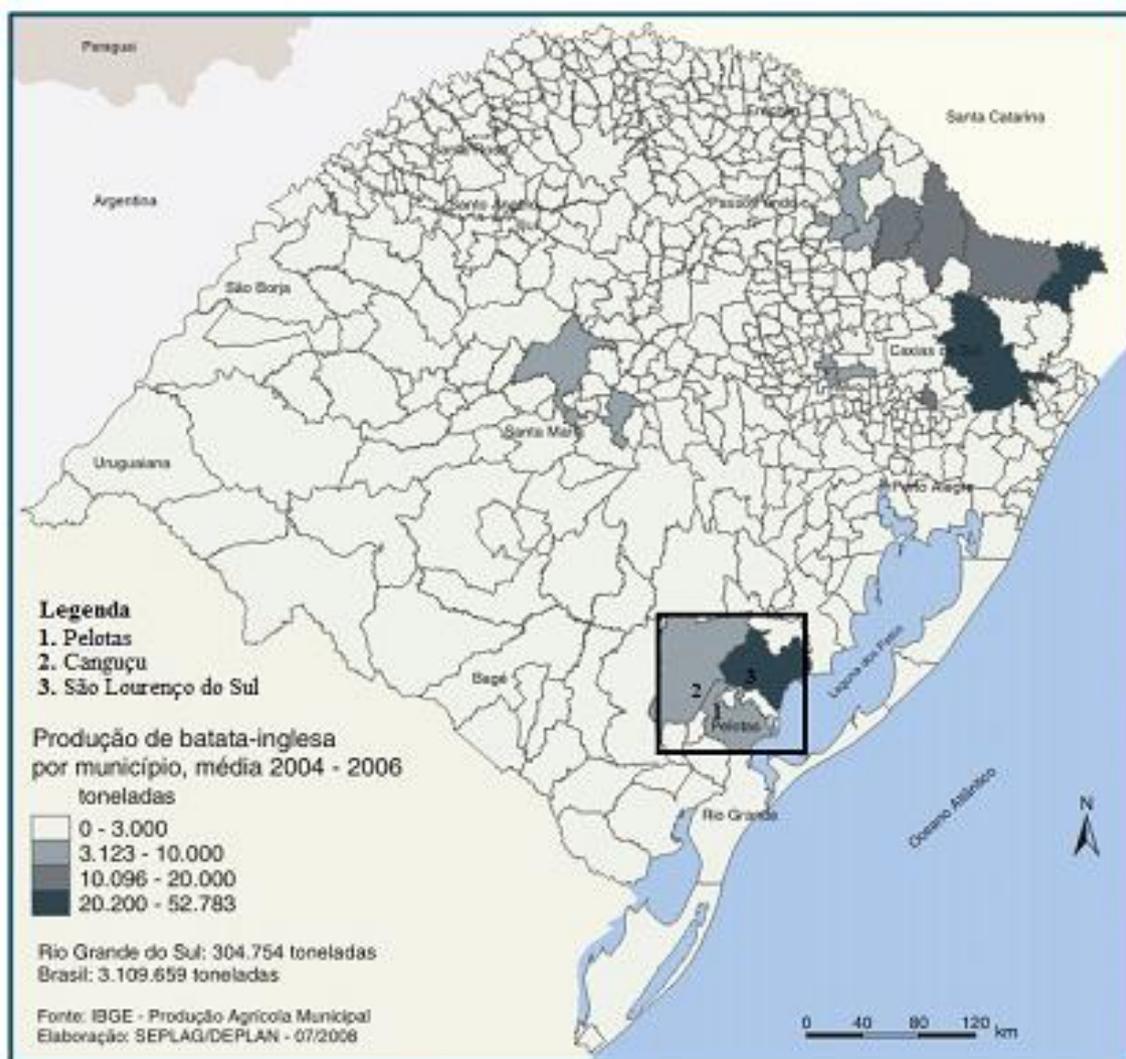
feijão, batata inglesa e batata doce continua expressivo nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul (ver Figuras 7, 8 e 9). No caso do feijão e da “batatinha” (batata inglesa), estes são típicos produtos usados pelo grupo doméstico para fazer frente ao seu autoprovisionamento alimentar, ainda que, no caso da batata, esta já se encontra parcialmente mercantilizada, pois a produção também é destinada à venda.

Figura 7: Mapa da produção de feijão por município no RS, média 2004 - 2006.



Tessituras

Figura 8: Mapa da produção de batata-inglesa por município no RS, média 2004 - 2006.

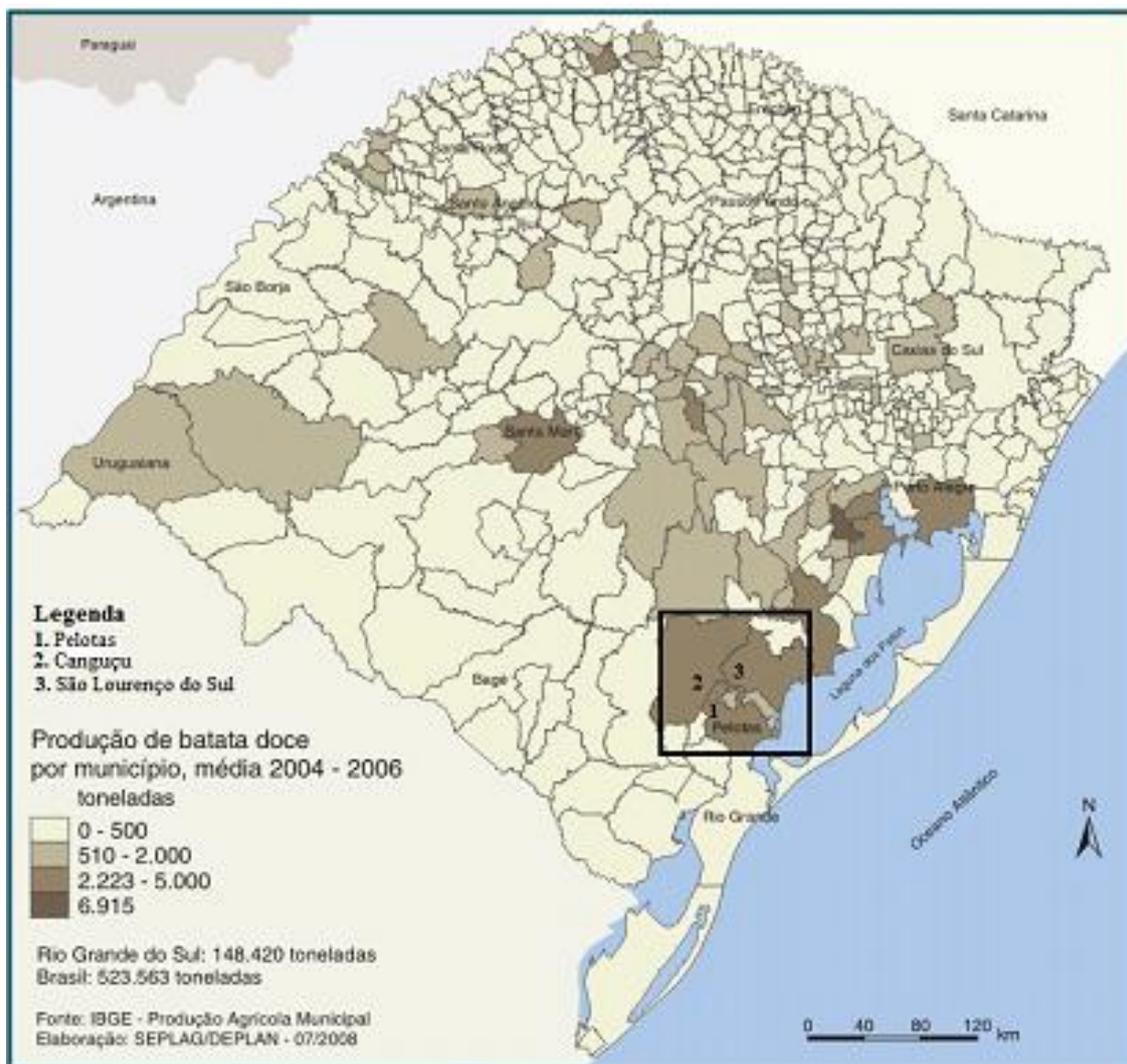


Da mesma maneira, o milho e a criação de suínos, binômio que possui a “marca” da agricultura colonial, mantêm-se no contexto da unidade de produção e do grupo doméstico na Serra dos Tapes. O milho pode ser consumido tanto na alimentação dos animais quanto na alimentação humana. Ao ser utilizado como ração animal para galinhas, porcos, bovinos, etc., por sua vez, passa a ser, novamente, consumido de forma indireta na carne e demais produtos de origem animal. Os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul aparecem com significativo número de

Tessituras

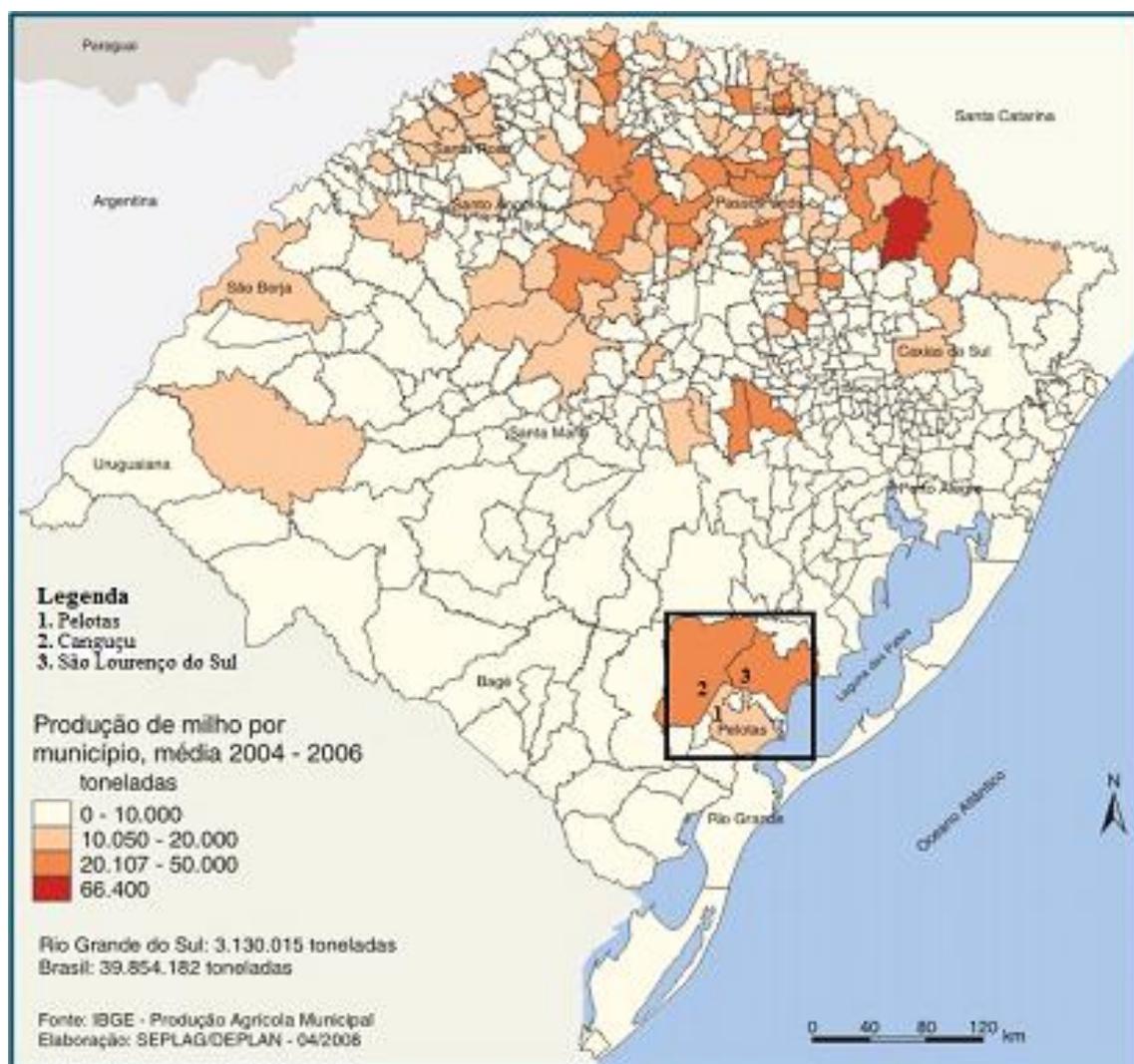
cabeças de suínos, com destaque para Canguçu que apresenta uma média/anual, nos anos 2004 e 2006, entre 50 e 80 mil cabeças de animais. Sobre a expressividade da produção de milho, pode-se dizer que estes municípios conformam a “região do milho” no sul do Estado.

Figura 9: Mapa da produção de batata doce por município no RS, média 2004 - 2006.



Tessituras

Figura 10: Mapa da produção de milho por município no RS, média 2004 - 2006.

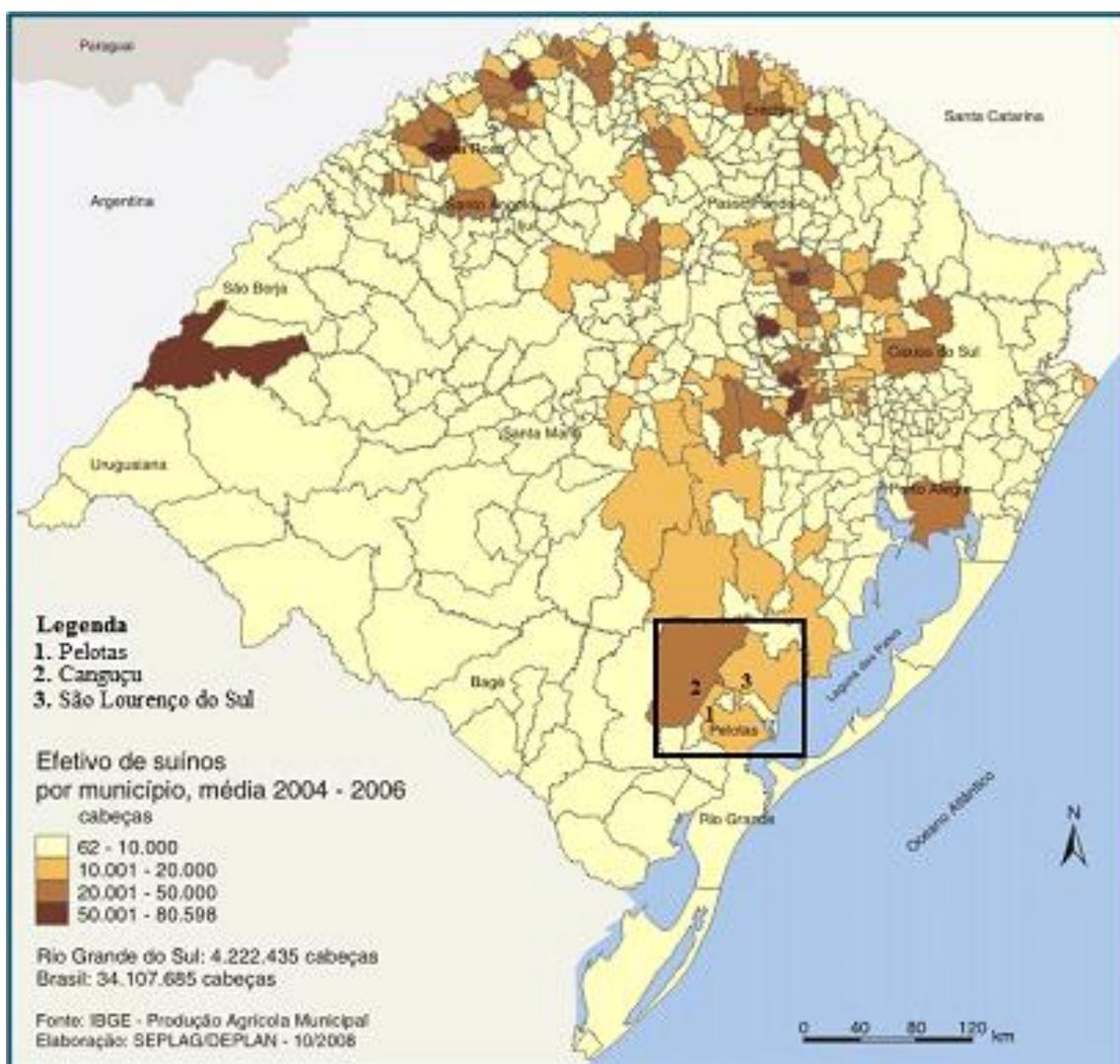


Por fim, pode-se afirmar que o processo de modernização interferiu nas formas de produzir das famílias agricultoras e, conseqüentemente, nos hábitos de consumo alimentar. A ligação com o mercado foi acentuada e, então, a produção para o autoconsumo ficou, em muitos casos, relegada a um segundo plano. Também, a aproximação com o espaço urbano influenciou os modos de vida dos agricultores, com a inserção de alimentos industrializados na alimentação das famílias rurais. Entretanto, essas mudanças, não significam que a produção para o autoconsumo foi suprimida da organização

Tessituras

socioprodutiva na Serra dos Tapes, pois, os colonos uma vez inseridos na sociedade moderna, buscam cotidianamente estratégias de reprodução social e territorial no espaço rural.

Figura 11: Mapa da criação de suínos por município no RS, média 2004 – 2006.



Considerações Finais

Em síntese, o resultado da ocupação e colonização da Serra dos Tapes foi o surgimento de uma organização espacial fundamentada nas relações

Tessituras

entre sociedade e natureza, que evidencia as articulações entre condicionantes naturais, economia, política e cultura na criação de uma geografia particular.

A formação, na Serra dos Tapes, de comunidades rurais com determinadas características socioculturais e econômicas reflete o passado na variedade de formas de apropriação da terra, em pequenas propriedades de dimensões variadas, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora. Por outro lado, projeta o futuro quando os agricultores buscam ocupar um espaço no circuito mercantil da economia, por vezes, especializando-se em atividades de maior demanda no mercado urbano-industrial.

Referências bibliográficas

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande dos Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição**. Pelotas: Ed. UFPel, 2011.

COARACY, Vivaldo. **A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957.

COTRIM, Marcelo Souza. **Pecuária Familiar na Região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica da pecuária familiar no município de Canguçu/RS**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Corede Sul**. 2012. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Sul. Acesso em: 02 dez. 2012.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. O processo de mercantilização do consumo de Alimentos na Agricultura Familiar. **Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural: “Questões Agrárias, Educação no Campo**

e desenvolvimento”. Fortaleza: SOBER/BNB, 2006.

GRANDO, Marinês Z. **Pequena Agricultura em Crise**: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, v. 46, n. 02, p. 481-515, abr./jun., 2008.

GUTIERREZ, Ester Judite. O Monte Bonito cobriu-se de sangue: história do Sítio Charqueador Pelotense. **Anais do 2º Seminário Internacional de Patrimônio Agroindustrial**. São Carlos, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1950/2010**. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, v. 53, 1993, 2010. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>. Acesso em: 05 dez. 2012.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2011.

ITEPA. Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria. **Banco de dados da Zona Sul**. Disponível em: http://www.bancodedadoszonasul.com.br/content/downloads/banco_de_dados_zona_sul.pdf. Acesso em: 06 dez. 2012.

LIMA, Maria Imaculada da Fonseca. **Paisagem, Território e Sistemas Agrários**: um estudo em São Lourenço do Sul. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sul do Rio Grande do Sul** (Relatório Preliminar). Brasília: MDA/SDT - CODETER, 2006.

MÜLLER FILHO, Ivo L. Notas para o estudo da Geomorfologia do Estado do Rio Grande do Sul. Brasil. Departamento de Geociências, UFSM, **Publicação Especial n. 1**, Santa Maria, 1970.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes. **Modos de vida e heterogeneidades das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ROSA, Mario. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Ed. UFPel, 1985.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. Relevo Brasileiro: uma nova proposta de

classificação. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, São Paulo, v. 4, p. 25-39, 1985.

RUBERT, Rosane Aparecida; SILVA, Paulo Sérgio da. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2009. p. 251-275.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SALAMONI, Giancarla. **Produção Familiar Integrada ao C.A.I. Brasileiro: a produção de pêssego no município de Pelotas - RS**. 1992. 458 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1992.

_____. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso da comunidade pomerana de Pelotas, **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, 2001.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=266>. Acesso em: 08 mar. 2013.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análises e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005.

ULLRICH, Carl Otto. As colônias alemãs no Sul do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 57-74, 1984.

VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.